

PODER

Milton Ribeiro sai queimado do MEC

Após dizer que colocava "a cara no fogo", Bolsonaro demite ministro acusado de manter "gabinete paralelo" com pastores

Não havia mais palavra para manter o pastor Milton Ribeiro no governo de Jair Bolsonaro. A revelação de que exemplares da Bíblia foram distribuídos em julho de 2021, com fotos do então ministro e dos dois pastores suspeitos de formar um "gabinete paralelo" no Ministério da Educação, tornaram insustentável a permanência do pastor presbiteriano à frente da pasta. A pressão para afastar Milton Ribeiro já estava muito forte no fim de semana. Ontem, Ribeiro não resistiu às suspeitas e entregou a carta de demissão.

Os rumores sobre a queda de Ribeiro ficaram mais fortes na manhã de segunda-feira. Até então, especulava-se a possibilidade de ele apenas se licenciar do cargo para responder às investigações sobre o caso. No entanto, aliados convenceram o presidente Bolsonaro de que não valia a pena prosseguir com o desgaste. Foi uma mudança e tanto na postura da Presidência. Na quinta-feira, o chefe do Planalto fez uma defesa categórica do então auxiliar da Educação. "O Milton, eu boto minha cara no fogo por ele. Estão fazendo uma covardia", disse Bolsonaro durante uma transmissão nas redes sociais.

Ontem, após reportagem do jornal *Estadão* sobre a distribuição de bíblias com fotos de Ribeiro e dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, o presidente não perdoou o ministro. Em uma associação de religião com política pública, o evento foi organizado pelo ministério em Salinópolis (PA), cidade a 220 km de Belém. O encontro reuniu prefeitos e secretários municipais e contou com a presença do próprio titular da pasta e dos pastores.

Depois do evento, Milton Ribeiro aprovou a construção de uma escola no município por meio do firmamento de um termo de compromisso com a prefeitura no valor de R\$ 5,8 milhões.

CLAUSBER TOLEDO/OPS



Em cinco dias, o presidente Bolsonaro saiu da defesa categórica de Milton Ribeiro para a exoneração: desgaste não valia a pena

No ápice da crise política, na tarde de ontem, Milton Ribeiro foi chamado para uma reunião no Palácio do Planalto. No encontro, o titular do MEC entregou a carta de demissão, na qual refutou as acusações. A demissão foi publicada na edição desta segunda-feira do *Diário Oficial da União* (DOU). Segundo o documento, a exoneração ocorreu "a pedido" de Ribeiro.

Durante o fim de semana, aliados e pastores próximos ao governo calcularam os efeitos de uma eventual saída de Ribeiro. Ainda acreditava-se que um afastamento seria suficiente para abaxiar a temperatura, temporariamente. Essa convicção a respeito da inocência do então ministro estaria registrada na expressão "Até breve", que constava na primeira versão da carta que seria entregue ao Planalto. Mas

essa estratégia naufragou, ante o peso das suspeitas de corrupção no governo de Jair Bolsonaro.

Milton Ribeiro assumiu o comando do MEC em 16 de julho de 2020, após uma série de crises na liderança da pasta. Desde o começo do governo Bolsonaro, o ministério vinha sendo alvo de disputas pelo seu comando. Em jogo, está o terceiro maior orçamento do governo federal, estimado em R\$ 159 bilhões.

"Não temos nada"

A queda do ministro Milton Ribeiro coloca em xeque o discurso do presidente Jair Bolsonaro de que não há corrupção no governo. No ano passado, durante a CPI da Covid, as denúncias de que se negociava propina de US\$ 1 por dose fragilizaram ainda mais a política de

enfrentamento do governo contra a pandemia.

O deputado Giovanni Cherini (PL-RS), vice-líder do partido na Câmara, reitera que ainda não há comprovação nenhuma dos fatos, e que o governo continua sem corrupção. "Por mais que alguns setores da oposição e da imprensa procurem bastante para ver se conseguem mudar essa imagem, por enquanto não temos nada", apontou.

Para o cientista político Rodrigo Gallo, o ministro Milton Ribeiro não foi demitido pelo presidente Bolsonaro, mas sim pelo candidato à reeleição Jair Bolsonaro. "Provavelmente ele foi convencido de que precisaria enfrentar essa crise de olho nos efeitos negativos da divulgação dos áudios para sua candidatura", analisou.

Este discurso, na visão do mestre em ciência política e professor

da pós-graduação do Ibmec-DF Danilo Moraes, é corroborado pela falta de investigações no governo Bolsonaro, gerando impressão enganosa de que não há casos de corrupção. "A corrupção é um fenômeno sistêmico, enraizado e que certamente segue operando", destacou.

O cientista político André Rosa acredita que uma investigação poderia deslocar apoiadores para candidatos da terceira via. "A instalação de mais uma CPI se somará à CPI da Covid-19 e, sendo assim, a depender da maneira que for explorada nos meios de comunicação, poderá deslocar apoiadores para candidatos postulantes à terceira via insatisfeitos com o atual presidente da República", projetou. (Luana Patriolino, Cristiane Noberto, Taisa Medeiros, Ingrid Soares, Deborah Hana Cardoso e Victor Correia)



O Milton, eu boto minha cara no fogo por ele. Estão fazendo uma covardia"

Jair Bolsonaro, presidente da República, na última quinta-feira

"Jamais pratiquei qualquer ato de gestão que não fosse pautado pela legalidade, pela probidade e pelo compromisso com o Erário."

Milton Ribeiro, em trecho da carta de demissão

"Descobri no final de outubro de 2021 que Bíblias com minha imagem foram distribuídas em outros eventos sem a minha autorização."

Milton Ribeiro, nas redes sociais

"É vergonhoso ver um pastor misturar o sagrado com o profano. Nós evangélicos não aceitamos mistura da igreja com o Estado"

Sóstenes Cavalcante, deputado federal (PL-RJ) e presidente da Frente Parlamentar Evangélica

Ex-ministro pode ir ao Congresso

Milton Ribeiro não faz mais parte do governo Bolsonaro, mas ainda poderá dar esclarecimento sobre o "gabinete paralelo" montado sob sua administração à frente do Ministério da Educação. Na condição de convidado, ele poderá comparecer à Comissão de Educação do Senado para responder às denúncias. A sessão está marcada para a próxima quinta-feira, porém o comparecimento dependerá do pastor.

Para o senador Jean Paul Prates (PT-RN), autor do requerimento de convite, a ação do Congresso Nacional e o constrangimento público estão servindo "para que esses processos sejam interrompidos em plena operação".

De acordo com o senador, o pedido de exoneração seria apenas para tentar dizer que não existe corrupção no governo. O parlamentar comparou o movimento a outras pastas, como Saúde e Justiça, que já tiveram ministros exonerados para evitar a arguição.

O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PSD-AM), define como um "escândalo" a recente

crise no MEC. "É algo com impacto eleitoral, envolvendo educação, propina e a base evangélica, que é tão estratégica para o Bolsonaro", afirmou o parlamentar.

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) avalia que o governo Bolsonaro é "mergulhado na corrupção desde o início", e cita como exemplos o Caso Queiroz e as denúncias de rachadinha. "A corrupção é a marca do governo Bolsonaro. Eu não acredito na viabilidade da candidatura dele, que hoje se esforça para manter os 20% de intenção de voto que já tem. Bolsonaro está mais preocupado em não ser preso", disse.

Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, o deputado federal Professor Israel Batista (PV-DF), também comentou a saída do titular do MEC. "O presidente Bolsonaro, na live da semana passada, disse que colocaria a 'cara no fogo' pelo ministro Milton Ribeiro, mesmo depois das gravíssimas denúncias. Hoje (Ontem), o ministro pede o afastamento do cargo. O que mudou

Catarina Chaves/MEC



Ribeiro em evento do MEC: Bíblia com a foto do ministro

de lá para cá?", questionou o parlamentar.

"Nós já entendemos as articulações e o *modus operandi* no MEC, e sabemos que não

virá algo melhor para o comando da pasta. Sem dúvida, a saída é um respiro e um sinal de vitória não só da bancada da educação no Congresso, mas da

» Caso está na PF, no MPF e no TCU

O escândalo que culminou na saída de Milton Ribeiro do Ministério da Educação não repercutiu apenas no Congresso Nacional. O caso está na Polícia Federal, no Ministério Público Federal (MPF) e no Tribunal de Contas da União (TCU). Com base nas reportagens, o MPF pediu abertura de inquérito para apurar o envolvimento do ministro da Educação com os dois pastores por suposta prática de crimes. A repercussão também é muito grande nos meios evangélicos. Diversos líderes religiosos têm condenado as práticas denunciadas no Ministério da Educação.

"Vergonha total! Ministro da Educação em foto com a esposa em Bíblia de pastor lobista do MEC. Tem que ser demitido para nunca mais voltar!"

Silas Malafaia, pastor

"É de um amadorismo sem tamanho um ministro de Estado permitir sua foto nas páginas de uma Bíblia, e pior, saber que será distribuída em evento político!"

Marco Feliciano, deputado federal. (PL-SP)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 2